

A CONTROLADORIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

THE CONTROLLERSHIP IN A PUBLIC ENTITY: A CASE STUDY IN THE CITY OF PONTA GROSSA/PR

LA CONTRALORÍA EN UNA ENTIDAD PÚBLICA: UN ESTUDIO DE CASO EN LA CIUDAD DE PONTA GROSSA/PR

Silvana Aparecida Rodrigues

Especialista em Gestão Financeira e Controladoria - MBA pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE) - silrodrigues1@hotmail.com

Leozenir Mendes Betim

Professora do Curso de MBA em Gestão Financeira e Controladoria do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE) Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - leo@cescage.edu.br

RESUMO

Tendo em vista que a controladoria é uma área em crescente desenvolvimento nas empresas e que pouco se aborda esse tema aplicado ao setor público, este artigo objetiva identificar se as atividades desempenhadas pelo Departamento de Controladoria da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR são semelhantes às funções inerentes da controladoria, presentes na literatura. Para alcançar o objetivo proposto, foi utilizada uma pesquisa qualitativa por meio da aplicação de um questionário com o subcontrolador de gestão administrativa do departamento. Esta pesquisa é relevante ao processo de gestão pública, pois, ao analisar os resultados obtidos, pode-se perceber que as atividades desenvolvidas pelo departamento ainda não se aproximam das funções típicas de um órgão de controladoria. Por outro lado, as atividades que foram utilizadas na pesquisa encontram-se, em sua grande maioria, em processo de implantação pelo departamento. Isso demonstra que os gestores terão um órgão com funções mais definidas e que, futuramente, este órgão poderá auxiliar ainda mais no processo de gestão pública.

Palavras-chave: Controle Interno. Controladoria. Gestão pública.

A CONTROLADORIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE PONTA GROSSA/PR

ABSTRACT

In view of the controllership is an increasing development area in companies and that it is little addressed to this theme applied to the public sector, this article aims to identify whether the activities carried out by the Controllershship Department of the Municipal Government of Ponta Grossa/PR are similar functions inherent to the controllership, present in literature. To achieve the proposed objective, a qualitative research was conducted by means of the application of a questionnaire with the administrative management sub-controller of the department. This research is relevant to the process of public management because, by analyzing the results obtained, it can be perceived that the activities carried out by the department do not closely match the typical functions of a controllership agency. On the other hand, most of the activities used in the research are in a process for implementation by the department.

It shows that the managers will have an organ with more defined functions that can further assist in public management process in the future.

Key words: Internal control. Controllershship. Public management.

RESUMEN

Teniendo en cuenta que la contraloría es un área en creciente desarrollo en las empresas y que poco se aborda sobre ese tema aplicado al sector público, este artículo tiene por objeto identificar si las actividades realizadas por el Departamento de Contraloría del Gobierno Municipal de Ponta Grossa/PR son similares a las funciones inherentes a la contraloría, presente en la literatura. Para alcanzar el objetivo propuesto, se utilizó una investigación cualitativa a través de la aplicación de un cuestionario con el subcontrolador de gestión administrativa del departamento. Esta investigación es relevante para el proceso de la gestión pública, por lo tanto, a fin de analizar los resultados obtenidos, podemos percibir que las actividades llevadas a cabo por el departamento todavía no se aproximan a las funciones típicas de un componente de la contraloría. Por otro lado, las actividades que se han utilizado en la investigación son, en su gran mayoría, en proceso de implementación por parte del departamento. Esto demuestra que el personal directivo tendrá un componente con más funciones definidas y que, en el futuro, este componente puede ayudar aún más en el proceso de gestión.

Palabras-clave: Control Interno. Contraloría. Gestión Pública.

INTRODUÇÃO

A administração pública é responsável pela correta utilização de recursos públicos, empregando-os da melhor forma possível para atender aos interesses da sociedade. Assim, não somente cabe ao gestor público a execução e gerência dos serviços públicos, como o planejamento, a organização, a direção e o controle de todas as atividades desenvolvidas pelos órgãos públicos para que se possa alcançar seu objetivo final de bem estar da sociedade.

No município de Ponta Grossa/Pr o controle e a fiscalização das atividades exercidas pelo sistema público foram instituídos com a lei nº 8794, de 26/12/2006, a

qual criou o Sistema de Controle Interno do Município com a finalidade de assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Coelho (2006, p. 26) conceitua Controle Interno no âmbito da Administração Pública como sendo “o meio pelo qual a gerência do setor público utiliza para comprovar fatos, impedir que aconteçam fraudes e desvios ao longo da gestão, e também propor ações para corrigir os possíveis erros de modo que a Administração Pública alcance seus objetivos”.

A unidade responsável pelo sistema de Controle Interno do município de Ponta Grossa é denominada de Controladoria Geral do Município (CGM) a qual é articuladora das normas, coordenação, orientação e acompanhamento do funcionamento de toda a estrutura funcional e organizacional do Poder Executivo Municipal, incluindo as Fundações, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e entidades beneficiárias de recursos públicos.

A Controladoria segundo os autores Müller e Beuren (2010, p. 108) é tratada na literatura sob dois enfoques: a controladoria como um órgão administrativo, tendo como funções o planejamento, o controle de informações e o suporte técnico às decisões dos executivos de uma empresa e o outro enfoque classifica a controladoria como área do conhecimento humano ou ciência.

Este trabalho se utilizará do primeiro enfoque citado, considerando a Controladoria um departamento responsável pelo controle contábil, de custos, fiscal e de proteção dos ativos, voltada sempre a disponibilizar informações precisas e oportunas aos gestores.

Diante desse contexto, nota-se que os procedimentos técnicos adotados por um órgão público diferem de uma empresa comercial. Devido a isso, este artigo tem por objetivo identificar se as atividades desempenhadas pelo Departamento de Controladoria da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa condizem com as funções inerentes a Controladoria presentes na literatura que será estudada.

Pretende-se também que esta pesquisa auxilie na melhoria do processo de gestão pública, contribuindo para que os gestores alcancem a eficácia nos

procedimentos adotados pelo departamento e assim possam melhorar o atendimento dos interesses públicos.

CONTROLADORIA

A Controladoria surgiu no início do século XX a partir da necessidade que as grandes corporações norte-americanas tinham de exercer controle das atividades praticadas pelas empresas a elas relacionadas e, segundo os autores Oliveira, Perez Júnior e Silva (2004, p. 14) “as funções e atividades exercidas pela moderna Controladoria tornaram-se fatores vitais para o controle e planejamento a médio e longo prazos de qualquer tipo de organização, com ou sem finalidades lucrativas”.

Os autores Mosimann e Fisch (1999, p. 88) comentam que a Controladoria pode ser vista de duas formas:

A Controladoria consiste em um corpo de doutrinas e conhecimentos relativos à gestão econômica. Pode ser visualizada sob dois enfoques:

- a) como órgão administrativo, com uma missão, função e princípios norteadores definidos no modelo de gestão do sistema empresa; e
- b) como uma área de conhecimento humano com fundamentos, conceitos, princípios e métodos oriundos de outras ciências.

Na visão de Oliveira, Perez Júnior e Silva (2004, p. 13) a Controladoria também pode ser vista como um órgão administrativo, como pode se observar no que afirmam os autores “pode-se entender Controladoria como o departamento responsável pelo projeto, elaboração, implementação e manutenção do sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis de determinada entidade [...]”.

Padoveze (2010, p. 31) também considera a Controladoria como uma unidade administrativa da empresa, responsável pela coordenação de sua gestão econômica e que utiliza-se da Ciência Contábil e dos sistemas de informações.

Todavia, Barreto (2008, p. 15) discorda que o entendimento da Controladoria seja limitado em um departamento. Para o autor, a atuação da Controladoria não se limita a administrar o sistema contábil de uma empresa, mas sim, transformá-lo em um banco de dados de natureza também física e qualitativa que auxiliam os gestores com informações importantes para a tomada de decisão. Nessa linha de raciocínio, verifica-se que apesar de ser tratada como um departamento, a Controladoria busca na Contabilidade como ramo do conhecimento, toda a base conceitual necessária a implantação de um sistema de informações em uma unidade administrativa de uma entidade, o qual servirá de apoio aos executivos em seu processo de gestão (BARRETO, 2008, p. 15).

No entanto, sendo a Controladoria uma atividade conhecida e praticada a partir das últimas décadas, percebe-se que ainda não há um senso comum por parte dos autores de um único conceito e funções que lhe são atribuídas. E neste contexto os autores se utilizam de expressões como funções, atividades, responsabilidades e atribuições para designar o que faz a Controladoria. (BORINELLI, 2006, p. 125).

Sabe-se que o profissional responsável pelo departamento de Controladoria denomina-se *controller*, ou seja, controlador. E, muitos autores atribuem à este profissional as funções inerentes à Controladoria. Entre eles, podemos citar os autores Morante e Jorge (2008, p. 2) que destacam as seguintes funções do *controller*:

- a) a implantação e a atualização do Plano de Contas da organização;
- b) a preparação e a interpretação dos relatórios financeiros da organização;
- c) a verificação sistemática e permanente dos objetivos e metas;
- d) a compilação dos custos de produção e vendas;
- e) o dimensionamento do Ativo Circulante da organização;
- f) a preparação e acompanhamento das responsabilidades fiscais da organização;
- g) a elaboração e análise de informações gerenciais;
- h) a elaboração do planejamento orçamentário da organização;

- i) a análise e dimensionamento dos riscos físicos presentes na organização;
- j) o estabelecimento de métodos e sistemas de trabalho;
- k) o acompanhamento e implementação dos ativos fixos da organização;
- l) atuação na gestão financeira da organização;
- m) análise e acompanhamento dos contratos da organização;
- n) aprovação de pagamentos;
- o) aplicação dos regulamentos e normas internas da organização.

Todas as funções citadas acima são sintetizadas na visão de Horngren (1985 apud PADOVEZE, 2010, p. 32) o qual cita algumas das funções que podem ser atribuídas ao controlador:

- a) planejamento e controle;
- b) relatórios internos;
- c) avaliação e consultoria;
- d) relatórios externos;
- e) proteção dos ativos;
- f) avaliação econômica.

Portanto, conforme diz Morante e Jorge (2008, p. 1) a “Controladoria precisa ser exercida por profissional experiente”. Nesta mesma linha, os autores apontam que este profissional, não somente processa informações sobre o desempenho de diversas áreas da organização, mas tem por tarefa maior analisar, diagnosticar e propor ações corretivas para que se possa cumprir com os objetivos e metas traçados pela organização.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTROLE INTERNO

De acordo com Araújo (2010, p. 17) “Administração Pública é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado, em benefício da coletividade”. Ainda segundo o mesmo autor, temos que existem na Administração Pública brasileira três formas de controle: o externo, a cargo do

Poder Legislativo; o interno, exercido pelos sistemas de controle interno de cada entidade, e o controle social, exercido pela sociedade.

Neto (2009, p. 36) conceitua controle no âmbito da Administração Pública como aquele que “visa garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos com o objetivo de atender aos anseios da sociedade por meio de programas e ações eficazes”.

A importância do controle interno em um órgão público é reportada por Araújo (2010, p. 23): “o controle interno tem papel relevante na Administração Pública como ferramenta de avaliação, comprovação e consulta dos gestores públicos, podendo, ainda, auxiliar ou apoiar o controle externo na intendência das contas públicas”.

Para Lima (2009, p. 34) o controle na administração pública objetiva verificar se os projetos e as atividades estão sendo realizados conforme foram previstos e neste ponto encontra-se a Controladoria como direcionadora para que o percurso traçado seja seguido. O autor ainda nos diz que a Controladoria exercida por uma empresa não é diferente daquela exercida em um órgão público.

O que acontece é que a Controladoria na área do governo possui uma missão ainda maior, pois deve “preocupar-se não somente com o resultado econômico, mas também com a função social da ação implementada, buscando verificar se as necessidades da sociedade foram plenamente atendidas [...]” (COELHO, 2006, p. 40).

METODOLOGIA

Esta pesquisa, do ponto de vista da abordagem do problema, será qualitativa. Pesquisa qualitativa conforme relata Neves (1996, p. 1) “costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados”. Será exploratória, do ponto de vista do objetivo, porque necessita de uma pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos e funções da Controladoria.

Segundo Pinheiro (2010, p. 21), a pesquisa exploratória visa aumentar a experiência do pesquisador em torno do problema, no qual ele planeja um estudo exploratório acerca de determinada população para obter os resultados que deseja. O autor destaca ainda que este tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico, entrevistas e análise de exemplos que estimulam a compreensão.

A presente pesquisa também se caracteriza como um estudo de caso, pois envolve um intenso estudo sobre um tema de maneira que se permita seu conhecimento detalhado (FACHIN, 2006, p. 45). Nesse contexto, a escolha da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/Pr como objeto deste estudo, deve-se a facilidade de acesso às informações e à busca de conhecimento quanto às diferenças que as atividades em um órgão público podem ter.

A técnica utilizada após o levantamento bibliográfico foi a aplicação de um questionário adaptado dos autores Oliveira Júnior; Chaves Júnior e Lima (2009). O instrumento de pesquisa foi aplicado com o Sub-Controlador de Gestão Administrativa da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, objetivando comparar as atividades desenvolvidas no departamento em estudo com a literatura abordada.

Para cada atividade descrita, solicitou-se ao respondente (Sub-Controlador) que indicasse o estágio atual de implantação de cada atividade, existindo as seguintes opções:

a) Estágio 0 - Sem planos de implantação: quando não existem diretrizes, normas ou mesmo interesse para se exercer a atividade;

b) Estágio 1 - Existem planos de implantação para médio ou longo prazo: quando existem diretrizes, normas ou interesse para se exercer a atividade, porém o processo de implantação pode demorar de dois a cinco anos para ser concluído;

c) Estágio 2 - Em processo de implantação: quando já existe um plano de ação criado para implantar o exercício da atividade, e/ou se esse plano de ação ainda está com menos de 50% do seu cronograma, e/ou se essa atividade será implantada em prazo superior a doze meses;

d) Estágio 3 - Em fase final de implantação: quando o plano de ação para o processo de implantação da atividade já ultrapassou 50% do seu cronograma, e/ou

se ela será implantada nos próximos doze meses;

e) Estágio 4 - Plenamente implantada: quando a atividade já está sendo exercida.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Borinelli (2006, p. 135-139) em seus estudos descreve as atividades típicas da Controladoria, agrupado-as nas seguintes funções: Função Contábil, Gerencial-Estratégica, Custos, Tributária, Proteção e Controle dos Ativos, Controle Interno, Controle de Riscos e Gestão da Informação.

A seguir, estão relacionadas cada uma dessas funções com suas respectivas atividades, estando assinalado pelo respondente seu grau de implantação.

Função Contábil

No Quadro 1 estão relacionadas as atividades de Controladoria relacionadas à função contábil e, analisando as respostas concedidas, pode-se observar que a CGM possui em fase final de implantação, as atividades de gerenciamento contábil. No que tange as demais atividades, constatou-se que elas encontram-se em processo de implantação, ou seja, há interesse do departamento em acompanhar os registros contábeis, elaborar, analisar e interpretar as demonstrações contábeis e desenvolver políticas e procedimentos contábeis e de controle. As respostas indicam interesse do departamento em exercer um controle permanente da atividade contábil, interpretando as informações obtidas por meio de seus relatórios.

*A CONTROLADORIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO NA
CIDADE DE PONTA GROSSA/PR*

FUNÇÕES/ATIVIDADES		ESTÁGIO				
		0	1	2	3	4
CONTÁBIL	Gerenciar atividades de contabilidade				X	
	Implementar e manter todos os registros contábeis			X		
	Elaborar demonstrações contábeis			X		
	Analisar e interpretar as demonstrações contábeis			X		
	Desenvolver políticas e procedimentos contábeis e de controle.			X		

Estágio 0 - Sem planos de implantação

Estágio 1 - Existem planos de implantação para médio ou longo prazo

Estágio 2 - Em processo de implantação

Estágio 3 - Em fase final de implantação

Estágio 4 - Totalmente implantado

Fonte: As autoras, dados da pesquisa (2011)

Quadro 1 - Função Contábil

Função Gerencial-Estratégica

No quadro 2 pode-se perceber que estão sendo implantadas na CGM todas as atividades relacionadas à Função Gerencial-Estratégica, ou seja, fica evidente que nos próximos anos o departamento estará atuando como um órgão de assessoria aos gestores, fornecendo informações, acompanhando os planos e a tomada de decisões dos gestores, acompanhando o desempenho de todas as unidades administrativas, analisando a viabilidade econômica de projetos de investimento, tudo isso com a finalidade de alcançar os objetivos definidos no Plano de Governo do Gestor ou no próprio orçamento do Município por meio de ações mais eficientes dos gestores públicos

FUNÇÕES/ATIVIDADES		ESTÁGIO				
		0	1	2	3	4
GERENCIAL-ESTRATÉGICA	Fornecer informações de natureza contábil, patrimonial, econômica, financeira e não-financeira aos gestores.			X		
	Coordenar esforços dos gestores para que se alcancem os objetivos da entidade.			X		
	Coordenar, assessorar e consolidar os processos de planejamento, orçamentos e previsões governamentais.			X		
	Criar condições para a realização do controle através do acompanhamento de planos e decisões tomadas.			X		
	Auxiliar na definição de métodos e processos para medição de desempenho das unidades administrativas, assim como dos gestores.			X		
	Analisar a viabilidade econômica de projetos de investimento.			X		

Estágio 0 - Sem planos de implantação

Estágio 1 - Existem planos de implantação para médio ou longo prazo

Estágio 2 - Em processo de implantação

Estágio 3 - Em fase final de implantação

Estágio 4 - Totalmente implantado

Fonte: As autoras, dados da pesquisa (2011)

Quadro 2 – Função Gerencial-Estratégica

Função Custos

Analisando a resposta obtida para o Quadro 3, observa-se que o departamento planeja implementar para médio ou longo prazo atividades que possam identificar os custos reais da entidade pública. Todavia, de acordo com o respondente, atualmente o departamento pouco controla os custos da Prefeitura.

FUNÇÕES/ATIVIDADES		ESTÁGIO				
		0	1	2	3	4
CUSTOS	Registrar, mensurar, controlar, analisar e avaliar os custos da organização pública, incluindo análises gerenciais e estratégicas referentes à viabilidade das ações governamentais.		X			

Estágio 0 - Sem planos de implantação

Estágio 1 - Existem planos de implantação para médio ou longo prazo

Estágio 2 - Em processo de implantação

Estágio 3 - Em fase final de implantação

Estágio 4 - Totalmente implantado

Fonte: As autoras, dados da pesquisa (2011)

Quadro 3 – Função Custos

Função Tributária

No Quadro 4, em relação as atividades relacionadas à Função Tributária, pode-se constatar que a CGM já possui em processo de implantação atividades criadas para o desempenho do registro, apuração e controle de impostos, tributos e contribuições quanto ao repasse e arrecadação. Segundo o respondente, o controle tributário é feito de forma mensal, bimestral e quadrimestral, além do acompanhamento dessas receitas através dos Relatórios de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, previstos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

FUNÇÕES/ATIVIDADES		ESTÁGIO				
		0	1	2	3	4
TRIBUTÁRIA	Registrar, apurar e controlar impostos, tributos e contribuições quanto ao repasse e arrecadação.			X		

Estágio 0 - Sem planos de implantação

Estágio 1 - Existem planos de implantação para médio ou longo prazo

Estágio 2 - Em processo de implantação

Estágio 3 - Em fase final de implantação

Estágio 4 - Totalmente implantado

Fonte: As autoras, dados da pesquisa (2011)

Quadro 4 – Função Tributária

Função de Proteção e Controle dos Ativos

Quanto às atividades descritas no Quadro 5 relativas à Proteção e Controle de Ativos, percebe-se que não há interesse em contratar seguros que protejam os ativos da entidade e que o controle dos bens públicos já se encontra em fase final de implantação, exigência esta que se deu com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mais especificamente a NBC T 16 definida através da Resolução nº 1.129/08 do Conselho Federal de Contabilidade.

FUNÇÕES/ATIVIDADES		ESTÁGIO				
		0	1	2	3	4
PROTEÇÃO E CONTROLE DOS ATIVOS	Selecionar, analisar, contratar e controlar seguros.	X				
	Registrar e controlar todos os bens da organização.				X	

Estágio 0 - Sem planos de implantação

Estágio 1 - Existem planos de implantação para médio ou longo prazo

Estágio 2 - Em processo de implantação

Estágio 3 - Em fase final de implantação

Estágio 4 - Totalmente implantado

Fonte: As autoras, dados da pesquisa (2011)

Quadro 5 – Função de Proteção e Controle dos Ativos

Função de Controle Interno

Observa-se, conforme o Quadro 6, que o estabelecimento de sistemas de controles destinados a proteger o patrimônio público encontra-se em processo de implantação, o que demonstra a preocupação do departamento em salvaguardar os ativos da entidade.

FUNÇÕES/ATIVIDADES		ESTÁGIO				
		0	1	2	3	4
CONTROLE INTERNO	Estabelecer diferentes sistemas de controles internos com a finalidade de proteger o patrimônio público			X		

Estágio 0 - Sem planos de implantação

Estágio 1 - Existem planos de implantação para médio ou longo prazo

Estágio 2 - Em processo de implantação

Estágio 3 - Em fase final de implantação

Estágio 4 - Totalmente implantado

Fonte: As autoras, dados da pesquisa (2011)

Quadro 6 – Função Controle Interno

Função de Controle de Riscos

Verifica-se através do Quadro 7, que existem planos de implantação para médio ou longo prazo das atividades relacionadas à função de controle de riscos. De acordo com o respondente, a identificação de possíveis riscos nas ações tomadas pelos administradores é feita por meio da análise de relatórios e processos, seja o risco envolvido em uma operação de crédito ou até mesmo no caso da renúncia de receita mensurando os possíveis efeitos na arrecadação anual.

FUNÇÕES/ATIVIDADES		ESTÁGIO				
		0	1	2	3	4
CONTROLE DE RISCOS	Identificar, mensurar, analisar, avaliar, divulgar e controlar os diversos riscos envolvidos nas ações da administração, bem como seus possíveis efeitos.		X			

Estágio 0 - Sem planos de implantação

Estágio 1 - Existem planos de implantação para médio ou longo prazo

Estágio 2 - Em processo de implantação

Estágio 3 - Em fase final de implantação

Estágio 4 - Totalmente implantado

Fonte: As autoras, dados da pesquisa (2011)

Quadro 7 – Função Controle de Riscos

Função de Gestão da Informação

Observa-se, conforme o Quadro 8, que se encontra em processo de implantação atividades que permitam gerir os sistemas de informações contábeis, econômicas, financeiras e patrimoniais objetivando informações precisas e pertinentes a administração pública.

FUNÇÕES/ATIVIDADES		ESTÁGIO				
		0	1	2	3	4
GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Desenvolver, implementar e gerir os sistemas de informações contábeis, econômicas, financeiras e patrimoniais sob o aspecto conceitual, estando fora de sua preocupação o gerenciamento de tecnologia e infraestrutura dos sistemas.			X		

Estágio 0 - Sem planos de implantação

Estágio 1 - Existem planos de implantação para médio ou longo prazo

Estágio 2 - Em processo de implantação

Estágio 3 - Em fase final de implantação

Estágio 4 - Totalmente implantado

Fonte: As autoras, dados da pesquisa (2011)

Quadro 8 – Função Gestão da Informação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou identificar se as atividades desempenhadas pelo Departamento de Controladoria da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa têm semelhança com funções e atividades de Controladoria abordadas neste artigo. O interesse da pesquisa se deve ao fato de que as práticas adotadas por um órgão público diferem de uma empresa comercial. Assim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir no sentido de trazer ao órgão público um interesse ainda maior em tornar a Controladoria um departamento de apoio às decisões tomadas pelos gestores, contribuindo em uma administração eficaz dos recursos públicos. Objetivando este fim, realizou-se uma pesquisa exploratória por meio de um estudo de caso, utilizando a abordagem qualitativa.

Observou-se, por meio da análise de resultados, que praticamente todas as funções e atividades de Controladoria estudadas ainda encontram-se em processo de implantação pela CGM, não havendo ainda uma função totalmente implantada, ou seja, as atividades desempenhadas pela CGM ainda caminham para a atuação de um órgão com funções e atividades totalmente inerentes à Controladoria.

Atualmente as atividades desenvolvidas pelo departamento ainda são muito restritas, sendo algumas de suas atividades: o controle de transferências voluntárias, análise das prestações de contas de entidades públicas municipais; acompanhamento de recursos arrecadados, inclusive do impacto causado por renúncia de receita; controle do impacto financeiro relativo a contratação de funcionários ou terceirizados; participação em sindicâncias; controle e emissão de diárias; controle e análise dos adiantamentos de despesa para viagens; acompanhamento do cumprimento da agenda de obrigações junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR); auditoria a entidades; informações e esclarecimentos a contadores da administração direta e indireta e a diversos servidores; pareceres contábeis e jurídicos; fornecimento de informações e documentações solicitadas pelo TCE/PR e Ministério Público Federal e Estadual; participação em licitações; criação e implementação de Instruções Normativas.

De acordo com a literatura estudada, constatou-se que, atualmente, a CGM não está consolidada como um órgão de assessoria, o qual desempenha funções mais abrangentes; ou seja, apresenta-se como um órgão ainda limitado às atividades operacionais.

Considerando que as atividades estudadas encontram-se em processo de implantação na CGM, cumpre ressaltar que o referido artigo não tem como objetivo maior a pretensão de ser conclusivo, mais sim servir de base e estimular trabalhos futuros que venham a contribuir com a investigação e aprofundamento sobre o tema em questão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo da Silva. **Controladoria governamental: diagnóstico e diretrizes para reformulação da controladoria geral do Estado do Piauí.** 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BARRETO, Maria da Graça Pitiá. **Controladoria na gestão: a relevância dos custos da qualidade.** São Paulo: Saraiva, 2008.

BORINELLI, Márcio Luiz. **Estrutura conceitual básica de controladoria: sistematização à luz da teoria e da práxis.** 2006. 341 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Curso de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

COELHO, Emanuel Renan Cunha. **A Controladoria Governamental e o Controle da Aplicação de Recursos Públicos: um modelo de acompanhamento da execução orçamentária da despesa no município de Fortaleza.** 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 5. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

LIMA, Cláudio Santiago de. **Governança e Controladoria na Gestão Pública por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI): Um estudo de caso nas Unidades Gestoras do Exército Brasileiro no Estado de São Paulo.** 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MORANTE, Antonio Salvador; JORGE, Fauzi Timaco. **Controladoria: análise financeira, planejamento e controle orçamentário.** São Paulo: Atlas, 2008.

*A CONTROLADORIA EM UMA ENTIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO NA
CIDADE DE PONTA GROSSA/PR*

MOSIMANN, Clara Pellegrinello; FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MÜLER, Elza Terezinha Cordeiro; BEUREN, Ilse Maria. Estrutura formal e práticas da controladoria em empresas familiares brasileiras. **Gestão & Regionalidade**, São Paulo, vol. 26, n. 76, p. 105 – 120, 2010.

NETO, José Martins Castelo. **Controladoria como instrumento de otimização dos recursos públicos municipais**. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Controladoria) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 1, n. 03, p. 1 – 5, 1996.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JUNIOR, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA JÚNIOR, Nilson José de; CHAVES JÚNIOR, Oswaldo Demóstenes Lopes; LIMA, Mariomar de Sales. A Controladoria nas Organizações Públicas Municipais: um estudo de caso. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 5, n. 1, p. 38 – 54, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria básica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PINHEIRO, José Maurício dos Santos. **Da iniciação científica ao TCC: uma abordagem para os cursos de tecnologia**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2010.